



Os dilemas do "novo carnaval de rua" de São Paulo

Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira

Vinicius Ribeiro Alvarez TEIXEIRA 

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia;
viniteixeira@usp.br

TEIXEIRA, Vinicius Ribeiro Alvarez. Os dilemas do "novo carnaval de rua" de São Paulo. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 630, jun. 2026

data de submissão: 01/04/2026

data de aceite: 25/05/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.630

Contribuição de autoria: Concepção; Análise; Coleta de dados; Metodologia: TEIXEIRA, V. R. A.

Conflitos de interesse: O autor certifica que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Uso de I.A.: Foi utilizado ChatGPT para fazer revisão de alguns trechos do artigo.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Rodrigo Scheeren.



Resumo

O artigo investiga o chamado "novo carnaval de rua" de São Paulo, a partir da interpretação da configuração contemporânea da folia paulistana. O argumento principal parte da compreensão de que desde 2013 o carnaval de rua de São Paulo tornou-se objeto de disputa política, econômica e social, divididos cronologicamente em três fases: institucionalização, comercialização e crescente controle por parte do Estado. A contribuição substantiva do texto está em demonstrar como o carnaval se tornou arena privilegiada para observar tensões sobre o direito à cidade, a gestão do espaço público e a relação entre cultura, mercado e políticas urbanas. A metodologia mobiliza, fundamentalmente, três técnicas de pesquisa: análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, apoiando-se em registros de imprensa, decretos municipais, manifestos de blocos e depoimentos de produtores culturais. O artigo evidencia que a expansão da festa ocorreu simultaneamente à entrada massiva de patrocinadores, ao avanço de modelos de gestão privatizados e ao uso crescente de dispositivos de vigilância e contenção, como gradis e câmeras inteligentes. Conclui que o carnaval de rua permanece em disputa, condicionado por escolhas políticas que afetam diretamente sua dimensão pública, democrática e popular.

Palavras-chave: carnaval de rua; direito à cidade; gestão municipal; políticas culturais; São Paulo.

Abstract

The article examines the so called "new street carnival" of São Paulo by interpreting the contemporary configuration of the city's carnival festivities. Its central argument is that, since 2013, São Paulo's street carnival has become an arena of political, economic, and social dispute, which can be chronologically divided into three phases: institutionalization, commercialization, and the increasing assertion of state control. The text's substantive contribution lies in demonstrating how the carnival has become a privileged site for observing tensions surrounding the right to the city, the management of public space, and the interplay between culture, market forces, and urban policy. Methodologically, the analysis mobilizes three core research techniques: document analysis, semi structured interviews, and participant observation, drawing on press records, municipal decrees, manifestos produced by blocos de carnaval, and testimonies from cultural producers. The article shows that the expansion of the festivities occurred simultaneously with the massive entry of corporate sponsors, the advance of privatized management models, and the growing use of surveillance and containment devices such as barricades and smart cameras. It concludes that the street carnival remains a contested field, shaped by political decisions that directly affect its public, democratic, and popular character.

Keywords: street carnival; right to the city; cultural policies; São Paulo; urban Governance

Resumen

El artículo investiga el llamado "nuevo carnaval de rua" de São Paulo, a partir de la interpretación de la configuración contemporánea de la fiesta paulistana. El argumento principal parte de la comprensión de que, desde 2013, el carnaval callejero de São Paulo se ha convertido en objeto de disputa política, económica y social, dividido cronológicamente en tres fases: institucionalización, comercialización y creciente control por parte del Estado. La contribución sustantiva del texto radica en demostrar cómo el carnaval se ha convertido en un espacio privilegiado para observar tensiones en torno al derecho a la ciudad, la gestión del espacio público y la relación entre cultura, mercado y políticas urbanas. La metodología se basa fundamentalmente en la mo-

vilización de tres técnicas de investigación: análisis documental, entrevistas semiestructuradas y observación participante, apoyándose en registros de prensa, decretos municipales, manifiestos de blocos y testimonios de productores culturales. El artículo evidencia que la expansión de la fiesta ocurrió simultáneamente a la entrada masiva de patrocinadores, al avance de modelos de gestión privatizados y al uso creciente de dispositivos de vigilancia y contención, como vallas y cámaras inteligentes. Concluye que el carnaval callejero permanece en disputa, condicionado por decisiones políticas que afectan directamente su dimensión pública, democrática y popular.

Palabras-clave: carnaval callejero; derecho a la ciudad; gestión municipal; políticas culturales; São Paulo.

1. Introdução

Em pesquisas anteriores, o termo “novo carnaval de rua” foi empregado para designar o ciclo de expansão e reorganização do carnaval paulistano iniciado em 2013. Desde então, essa formulação tem provocado questionamentos, tanto em debates acadêmicos quanto em contextos cotidianos, acerca dos elementos que efetivamente caracterizam esse “novo” momento. A questão central consiste em compreender quais aspectos distinguem a configuração contemporânea da festa em relação às formas que se consolidaram em períodos anteriores. O presente texto reúne apontamentos que buscam responder a essa indagação, examinando os processos políticos e sociais que têm moldado o carnaval de rua de São Paulo ao longo dos anos 2000.

De antemão, alerto que a novidade não está propriamente na realização do carnaval de rua em São Paulo. A festa constitui um dado da história paulistana e ocorre há muitas décadas. Um trabalho seminal sobre o tema é a pesquisa de Olga von Simpson (2007), que reconstrói a trajetória da folia na capital desde os tempos coloniais até a década de 1980, período que a autora denomina de “carnaval popular paulistano”. Não é possível, portanto, afirmar que o “novo carnaval de rua” é novo porque antes dele não se brincava carnaval nas ruas da cidade. Resta, então, a pergunta que orienta esta reflexão: afinal, o que é novo no carnaval de rua de São Paulo?

Para responder a essa pergunta, recorri às seguintes técnicas de pesquisa: análise documental de matérias e reportagens jornalísticas, atos normativos municipais e documentos produzidos pelos blocos e coletivos carnavalescos; entrevistas semiestructuradas com ativistas, organizadores e fundadores de grupos carnavalescos de São Paulo, realizadas ao longo do segundo semestre de 2023 e início de 2024, tanto

presencialmente na cidade de São Paulo quanto de forma remota, por plataforma online; e observação participante, empreendida não só em festas e cortejos carnavalescos, mas também em reuniões organizadas pelas pessoas fazedoras de carnaval, como a Conferência Municipal do Carnaval de Rua de São Paulo.

Cabe notar, contudo, que parte das reflexões aqui apresentadas antecede a pesquisa de doutorado iniciada em 2020¹. Como folião e atento observador da festa, acompanho, desde a virada da primeira década dos anos 2000, as discussões, disputas e transformações que atravessam o carnaval de rua, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste artigo proponho uma leitura cronológica desses acontecimentos, articulada a apontamentos sobre alguns dos aspectos que, a meu ver, conformam o chamado "novo carnaval de rua de São Paulo" e os processos políticos e sociais que nele se manifestam.

2. As primeiras iniciativas

As primeiras movimentações em prol do carnaval de rua de São Paulo como conhecemos hoje são anteriores às primeiras regulamentações que orientam a festa atualmente. Em verdade, são algumas articulações de pessoas e grupos em busca de garantias de que poderiam realizar seus cortejos e festas nas ruas de São Paulo, os quais eram frequentemente dificultados, impossibilitados ou até mesmo criminalizados pela gestão pública no início dos anos 2000.

O escritor Marcelo Rubens Paiva², integrante do Acadêmicos do Baixo Augusta, um dos grupos precursores do novo carnaval de rua que, atualmente, carrega centenas de milhares de pessoas em seus cortejos, registrou em mais de uma oportunidade a dificuldade que se enfrentava no início dos anos 2010 para colocar um bloco nas ruas de São Paulo. Em dezembro de 2012, às vésperas do fim da gestão Kassab, o escritor descrevia uma realidade distinta da atual: relatou que o bloco havia sido obrigado, por dois anos consecutivos, a descer pela "perigosíssima Avenida Consolação", espremido "contra a parede, para não atrapalhar o trânsito" e não pela rua Augusta, que dá nome ao grupo e onde o bloco nasceu (RUBENS PAIVA, 2012).

Na coluna, o escritor, além de transmitir um sentimento de indignação em relação à gestão que estava em seu último mês, também demonstrava uma certa expectativa, ainda que cautelosa, em relação ao início da nova gestão, no caso de Fernando Haddad, que assumiu em janeiro de 2013. Chamava a atenção para a

¹ Desenvolvida sob o projeto de pesquisa "Carnaval de rua de São Paulo: festa, cidade e política", no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

² RUBENS PAIVA, Marcelo. o túnel. *O Estado de S. Paulo*, 8 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/marcelo-rubens-paiva/o-tunel/>, consultado em: 15 de janeiro de 2026.

necessidade do novo prefeito estabelecer um diálogo com os blocos de carnaval e anunciava que dali a alguns dias seria realizada uma "festa manifesto" pela "liberação do carnaval de rua de SP" (RUBENS PAIVA, 2012). A iniciativa recebeu o nome de "Manifesto Carnavalista".

O Manifesto Carnavalista foi um movimento organizado por blocos de carnaval que não tinham e nem buscavam ter uma representação propriamente institucional, mas careciam de garantias da gestão pública que poderiam sair às ruas. O grupo defendia justamente que a manifestação livre, popular e espontânea era um direito dos cidadãos. Para Guilherme Varella (2021, p. 203), pesquisador e partícipe desse processo, em linhas gerais, o Manifesto Carnavalista reivindicava o apoio de políticas públicas que dessem as condições necessárias para fazer carnaval de rua de São Paulo, sobretudo de serviços urbanos, como a disponibilização de banheiros químicos e liberação das vias.

Nos primeiros dias de gestão Haddad, ainda no início de 2013, em 24 de janeiro, representantes do Manifesto Carnavalista se reuniram com o recém-empossado secretário municipal de cultura de São Paulo, Juca Ferreira. Na ocasião, entregaram uma carta assinada por 24 blocos carnavalescos com algumas demandas que consideravam importantes para que o carnaval de rua de São Paulo tivesse as condições mínimas de acontecer. No texto, argumentavam que os blocos estavam sofrendo com "boicote, repressão, falta de estrutura e não reconhecimento"³. Fundamentalmente, argumentavam que o carnaval de rua é um direito e buscavam um diálogo com o poder público.

Noto que no documento entregue à Prefeitura de São Paulo, os grupos eram claros em afirmar que não buscavam verba junto ao poder público, mas, "reconhecimento, autorização e infraestrutura para receber e conduzir a comunidade" (MANIFESTO CARNAVALISTA, 2013). Desse momento em diante, o carnaval de rua de São Paulo entrou na agenda da gestão municipal paulistana e é motivo de debate público permanente. Além disso, nos anos subsequentes, o número de pessoas envolvidas na festa, desde sua preparação até sua realização, aumentou significativamente. Os blocos carnavalescos de São Paulo saltaram de algumas poucas dezenas para algumas centenas. A organização e a gestão ficaram muito mais complexas para a municipalidade e novos agentes passaram a atuar. São esses os pontos sobre os quais passo a refletir nos tópicos a seguir.

3 MANIFESTO CARNAVALISTA. Pelo Carnaval de Rua de São Paulo. 20 de janeiro de 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1lh7FR_cBxMCfw4go-VTQ1TX5R2eo-3DDm/view?pli=1, consultado em: 19 de fevereiro de 2026.

3. Crescimento do carnaval

Em 2013, São Paulo tinha pouco mais de duas dezenas de blocos carnavalescos, não tardou muito para que centenas de outros passassem a desfilar nas ruas da cidade. Uma mudança importante no sentido de estimular que novos grupos surgissem ocorreu em 2014, quando o então prefeito Fernando Haddad (PT) publicou um decreto estabelecendo alguns parâmetros para a festa na cidade⁴. Essa normativa, até hoje, serve como base das regulamentações que vieram posteriormente. O Decreto de número 54815, de 5 de fevereiro de 2014, em seu primeiro artigo, definiu carnaval de rua da seguinte maneira:

Art. 1º Considera-se Carnaval de Rua, para os fins deste decreto, o conjunto de manifestações voluntárias, não hierarquizadas, de cunho festivo e sem caráter competitivo, que ocorrem em diversos logradouros públicos da Cidade na forma de blocos, cordões, bandas e assemelhados, com a finalidade de mera fruição e, em especial, no período que antecede o feriado respectivo (SÃO PAULO, 2014).

A definição já apontava para o fato de que as atividades tinham por finalidade "mera fruição", ou seja, atividades comerciais ou a busca por lucro não estariam no rol dos objetivos dos referidos grupos. Nesse sentido, acrescentava que não seria permitido o uso de "*cordas, correntes, grades e outros meios de segregação do espaço que inibam a livre circulação do público, permitindo-se o uso de vestuário distintivo que apenas identifique o respectivo grupo, sem que se constitua em elemento condicionante à participação*" (SÃO PAULO, 2014). Em outras palavras, buscavam coibir um processo, popularmente chamado, de "camarotização", isto é, a criação de espaços privados, geralmente, condicionados pela venda de ingressos ou, como é comum em outras partes do país, de abadás.

Desde esse primeiro Decreto, a Prefeitura de São Paulo, anualmente, realiza um cadastro dos blocos que desejam desfilar nas ruas da cidade durante o carnaval. Esse cadastro nos permite mensurar com maior precisão o crescimento da festa na cidade. Em 2015, por exemplo, a gestão municipal, em sua página oficial, comunicou que 300 blocos desfilariam nas 27 subprefeituras da cidade. Em apenas dois anos, o carnaval de rua de São Paulo passou de pouco mais de duas dezenas para três centenas de blocos inscritos. À época, segundo os dados oficiais, as subprefeituras com maior concentração de blocos eram Sé (86), Pimheiros (67), Lapa (22), Mooca (16), Butantã (13) e Freguesia do Ó/ Casa Verde (13)⁵. O que nos indica que a região central e a zona oeste foram os terri-

⁴ SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.815, de 5 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Educação. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 6 fevereiro de 2014.

⁵ OGATA, César. Carnaval de Rua de São Paulo terá 300 blocos com desfiles em várias regiões da cidade. Prefeitura de São Paulo. São Paulo: 29 de janeiro de 2015.

tórios onde o carnaval de rua mais cresceu em seus primeiros anos de organização por parte da Prefeitura.

Em 2016, na minha avaliação, o carnaval de rua de São Paulo se consolida no mapa de carnavais similares espalhados no país. As notícias da época repercutiam os dados oficiais, bem como o entusiasmo do prefeito à época, Fernando Haddad, e do seu secretário de cultura de então, Nabil Bonduki. Àquela altura, a imprensa divulgava que pouco mais de 350 blocos haviam desfilado pelas ruas da capital paulista e mais de 2 milhões de pessoas tinham optado por brincar no carnaval na cidade. Além disso, foi nesse momento que a importância econômica do carnaval passou a ser destacada pelos gestores públicos e no noticiário. Uma matéria do UOL, por exemplo, afirmava: "O prefeito Fernando Haddad comemorou os mais de 400 milhões de reais de negócios gerados pela folia nas ruas, que recebeu um investimento de 10,5 milhões de reais"⁶. Acrescentava ainda que o "carnaval dos blocos" já era mais lucrativo do que o do sambódromo.

A dimensão econômica ganharia ainda mais relevância nos anos subsequentes, durante a gestão de João Dória Jr. (PSDB), dada a sua identificação e trajetória no segundo setor. Tanto assim que em 2017, o então secretário de cultura da cidade, André Sturm, em declaração para a imprensa celebrava o fato de que sua pasta supostamente não teria tido nenhum custo com o carnaval. Segundo ele, em meio às especulações que a gestão pública haveria favorecido uma determinada empresa no processo de escolha da empresa responsável pela organização do carnaval daquele ano, as medidas tomadas visavam "maximizar o conforto do público e diminuir o investimento do dinheiro público"⁷.

O modelo de gestão que se consolidava progressivamente na cidade na organização do carnaval de rua transferia boa parte das competências para a iniciativa privada, que ao garantir a estrutura da festa poderia explorar economicamente o evento. Nesse momento, a Dream Factory, empresa que se apresenta como "plataforma de negócios, centrada no entretenimento ao vivo"⁸, ganhava as concorrências dos carnavais de São Paulo e do Rio de Janeiro, representando outras empresas, em especial a Ambev⁹. Uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 4 de fevereiro de 2018, intitulada "Marketing segue o bloquinho no Carnaval", destacava que a Ambev faria uma série de ativações em diversos espaços da cidade, por exemplo, no largo da Batata, onde, à época, era um ponto central de encontro e deslocamentos durante os dias do carna-

⁶ SOARES, Jussara. Carnaval em SP: o que deu certo, o que deu errado e os desafios para 2017. *UOL*, 15 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://blogdobloco.blogosfera.uol.com.br/2016/02/15/balanco-sp-carnaval-2016>, consultado em: 24 de fevereiro de 2026.

⁷ GENTILE, Rogério. Secretário de Dória interferiu em concorrência para Carnaval de rua. *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884640-secretario-de-doria-interferiu-em-concorrenca-para-carnaval-de-rua.shtml>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2026.

⁸ Disponível em: <https://www.dreamfactory.com.br/>, consultado em: 25 de fevereiro de 2026.

⁹ A Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) é uma empresa fabricante de bebidas.

val, dada a alta concentração de blocos na região de Pinheiros. Notavam que até uma montanha-russa era prevista como forma de divulgação da marca.

No texto, a reportagem explicitava que para as marcas esse tipo de investimento durante o carnaval interessava porque "a rua é mais democrática e, por isso, atrai mais gente e abre oportunidade para campanhas criativas que ficam na memória dos foliões" (GENTILE, 2018). Em outras palavras, trata-se de uma estratégia de se chegar a mais pessoas e de se vincular ao próprio carnaval. Ainda que, como a matéria comunicasse, outras marcas e empresas atuassem no mesmo sentido, a Ambev, desde então, foi a empresa que teve a abordagem mais contundente. O que pode ser explicado pelo fato de ser uma empresa de bebidas, em especial, de cervejas, possivelmente, o produto mais consumido nos dias de folia.

A cidade de São Paulo ao entrar no mapa dos destinos de carnaval de rua, ao ver o número de blocos crescer exponencialmente, ao passar a ter milhões de foliões e folionas, passa a ser também um enorme ativo econômico. Para Guilherme Varella, o que se inicia nesse período foi um processo de "ambevização" do carnaval de rua de São Paulo. O pesquisador destaca que nesse processo, as empresas, principalmente a Ambev, "têm conseguido se apropriar comercial e publicitariamente da festa e do espaço público do carnaval de rua" (VARELLA, 2021, 300). Nessa dinâmica, os patrocinadores não só conseguem a exclusividade da venda de seus produtos, como também garantem uma onipresença na exposição de suas logomarcas, nas palavras de Varella (2021, p. 300), "detêm exploração e exposição privilegiada no território urbano". Essas questões ganhariam ainda mais terreno, sobretudo no debate público, nos anos subsequentes.

4. Período pandêmico

Em fevereiro de 2020, o urbanista e ex-secretário de cultura, Nabil Bonduki, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, indagava no título do texto se o carnaval de rua de São Paulo deveria parar de crescer. O argumento central de Bonduki (2020) era que a gestão municipal havia implementado uma política de atração de grandes artistas e produtores culturais, o que promovia o caráter de evento em detrimento da cidadania cultural. Para ele, a cidadania cultural garante que as "manifestações e os desfiles nasçam dos coletivos, comunidades e grupos culturais da cidade, organizados de baixo para cima"¹⁰.

¹⁰ BONDUKI, Nabil. O carnaval de rua de São Paulo deve parar de crescer?. *Folha de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/02/o-carnaval-de-rua-de-sao-paulo-deve-parar-de-crescer.shtml>, consultado em: 12 de fevereiro de 2026.

Conforme Marilena Chauí (2006, p. 69) definiu, a partir de sua experiência justamente como secretária de cultura da cidade de São Paulo, cidadania cultural diz respeito aos direitos das pessoas à cultura. Segundo a filósofa, é um direito dos cidadãos que não pode ser confundido com as dimensões de consumidor e contribuinte. Nesse sentido, é sob a égide da cidadania cultural que a diversidade cultural é resguardada. Trata-se, portanto, de garantir o direito de que coletivos e blocos periféricos, afros, LGBTQIA+, femininos e feministas, entre outros, possam realizar seus cortejos, bem como se expressar artística e politicamente nas ruas.

No início de 2020, a humanidade já observava o início da proliferação do que à época ainda era uma epidemia de um vírus pouco conhecido, o Covid-19. Sem casos confirmados no período das festas no Brasil, ainda circulava a dúvida se a epidemia chegaria até nós. Assim, o carnaval correu normalmente com todas as festas, desfiles e cortejos de sempre. É verdade que nos dias de folia não era raro nas conversas que se vislumbresse a possibilidade do Brasil entrar no mapa dos países com casos confirmados nos dias subsequentes. Não tardou muito, foi na terça-feira de carnaval, dia 25 de fevereiro daquele ano, que a imprensa noticiou o primeiro teste positivo para o Coronavírus em solo brasileiro¹¹.

Poucas semanas depois do carnaval, a pandemia do Covid-19 se tornou uma realidade em todo Brasil, milhares de pessoas foram infectadas e muitas morreram. O ano de 2020 ficou marcado pelos longos períodos de isolamento social, pelos alertas vermelhos emitidos por diferentes esferas do governo por consequência dos sucessivos picos de infecção e alta de mortes. Os jornais noticiavam o colapso da rede de saúde, pública e privada, a falta de oxigênio e víamos imagens de cemitérios tomados de covas abertas. O carnaval de 2020 foi um lampejo de alegria em um quadro da história muito triste.

Com o passar do tempo, o carnaval de 2021 era aguardado com a esperança de que marcasse o fim da pandemia e o início de uma nova fase depois de um ano tão difícil quanto 2020. Essa expectativa foi frustrada, o coronavírus seguia vitimando muitas pessoas pelo país. Às vésperas do sábado de carnaval de 2021, em 11 de fevereiro, um texto no jornal *Folha de S. Paulo* reproduzia um pouco do quadro à época:

Se a expressão popular nos lembra que a esperança é a última que morre, enfim chegou a hora de aceitar que não tem mais jeito —botar o bloco na rua, só no

¹¹ PESCARINI, Fábio; CAVALCANTI, Tatiana; VALINHOS, Havolene. Paciente de SP vindo da Itália testa positivo para coronavírus; ministério aguarda contraprova. *Folha de S. Paulo*, 25 de fevereiro, 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/02/sao-paulo-tem-primeiro-caso-suspeito-de-coronavirus-em-paciente-vindo-da-italia.shtml>, consultado em: 27 de fevereiro de 2026.

ano que vem. Tanto que, em São Paulo, o governador João Doria e o prefeito Bruno Covas, ambos do PSDB, cancelaram o feriado e os pontos facultativos da festa.

As expectativas para a folia eram altas. Este seria o Carnaval da revanche contra um ano de prisão em casa, a grande desforra contra a peste, como definiu Ruy Castro, em uma referência ao alalalô de 1919, ocorrido semanas depois do fim da devastadora gripe espanhola. Seria. Porque esta pandemia ainda não acabou (LEWER, CONSIGLIO, 2021).

Como é possível perceber na passagem, havia grande expectativa de que o carnaval de 2021 fosse uma grande celebração de retorno às ruas, àquela altura a vacina contra a Covid-19 já era uma realidade, ainda que não de maneira amplamente difundida. O ano transcorreu com novas ondas de infecção, com muitos momentos de distanciamento social e tentativas de retorno à vida cotidiana. Assim, em novembro de 2021, a Prefeitura de São Paulo lançou o edital de cadastramento dos blocos para o carnaval de 2022, o que evidenciava bom presságio para o ano seguinte. No entanto, na primeira semana de janeiro de 2022, a gestão municipal reviu sua posição e optou, mais uma vez, pelo cancelamento oficial do carnaval nas ruas de São Paulo. No início daquele ano, houve um aumento no número de casos de pessoas com Covid-19 e, para piorar, no sudeste do país, propagava-se uma epidemia de influenza.

Com a vacina já mais difundida, vislumbrou-se a possibilidade de promover um carnaval mais "organizado". Aventava-se no debate público, a possibilidade de realização de eventos com blocos carnavalescos em locais onde a entrada fosse condicionada à apresentação da carteira de vacinação em dia. A proposta não foi bem recebida e um manifesto intitulado "Te Amo São Paulo, mas não vou fazer seu carnaval..." foi elaborado e publicizado por grupos e coletivos organizados de blocos, tais como: o Fórum Aberto dos Blocos de Carnaval de São Paulo, o qual reúne cerca de duzentos blocos; além da União dos Blocos de Rua do Estado de São Paulo (UBCRESP) e a Comissão Feminina de Carnaval de Rua (CFCR-SP). Entre outros pontos, o documento rechaçava a ideia de fazer um evento com os blocos em um lugar privado, afirmavam: "Não admitimos a hipótese de se realizar um evento de "Carnaval de Rua" em lugares contidos, ao ar livre, como o Autódromo de Interlagos, Memorial da América Latina, Jockey Club, Sambódromo e outros. Isso é alternativa do setor privado".

O carnaval de 2022, pelo que pude presenciar, acabou por se dividir em eventos privados, com vendas de

ingressos e controle da carteira de vacinação, muitos dos quais com programação quase toda feita com apresentação de blocos carnavalescos e de algumas manifestações espontâneas em espaços públicos, no geral, realizadas no formato de fanfarras, que não necessita de muito aparato, como carros de som. As fanfarras se organizam de maneira muito mais autogestionadas e colaborativamente, não só quem toca é responsável pelo cortejo, os foliões também compõem a organização, precisam colaborar na proteção e coesão das pessoas que tocam os instrumentos, bem como garantir o desenvolvimento e deslocamento do cortejo pelas ruas. Conforme descrevi em minha tese:

Ao longo de todo o trajeto, foliões e folionas vão ocupando os espaços da rua progressivamente, bloqueando algumas vias, fechando outras, orientando motoristas. É um ato contínuo e lento. Fecham-se vias, abrem-se outras para garantir que carros e, principalmente, ônibus possam se locomover. No cortejo, a segurança dos foliões e das folionas é feita fundamentalmente por seus corpos, seja na proteção de cada um e cada uma presente, seja para bloquear vias. Não há cordas, carros, equipamentos, o imprevisto é a principal característica desse tipo de organização (TEIXEIRA, 2025, p. 280).

Assim, entre as festas fechadas e algumas iniciativas espontâneas nas ruas, foi realizado o carnaval de 2022 pelos blocos na cidade de São Paulo. Esse cenário acabou por intensificar a discussão sobre a gênese pública do carnaval de rua. Alessa Camarinha, produtora cultural, artista e cofundadora do bloco Ritaleena, em artigo no *Nexo Jornal*, abordou essa questão estabelecendo uma distinção entre o que seria "show" e o que seria uma "experiência de carnaval em si"¹². A distinção levantada por Camarinha (2022) colocava a rua como elemento central da diferenciação do show para a "experiência de carnaval" propriamente dita. Nas palavras delas, "O espaço público é o território do carnaval" (CAMARINHA, 2022).

¹² CAMARINHA, Alessa. O carnaval é público, ou não é. *Nexo Jornal*. 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2022/O-carnaval-de-rua-é-público-ou-não-é>, consultado em: 03 de março de 2026.

Na mesma toada de Camarinha, o pesquisador Paulo Miguez declarou, à época, em entrevista, que "carnaval só tem quando tem carnaval de rua". Também para ele, a rua seria condição para a existência do carnaval. Segundo Miguez, o quadro que se desenhava em 2022 era de um "prejuízo simbólico da mais alta importância", porque o carnaval seria um "balizador importante" da nossa sociedade, entendido, inclusive, como um período que organiza o calendário. Contudo, em 2022, o que se via não era exatamente carnaval, mas "festas com um espírito carnavalesco". Sua concepção era a de que "o carnaval é uma expressão simbólico-cultural que tem na rua, que tem no território da cidade, seu lugar privilegiado". Entendia, então,

que a separação da cidade e de seus espaços em relação ao carnaval produziria "efeitos nefastos para a cidade e para o carnaval" (MIGUEZ, 2022).

Leitura similar fez Luiz Antônio Simas, para quem a rua tem saberes que constituem a cidade (SIMAS, 2019, p.48). Em entrevista para a Agência Pública, o historiador disse: "Quando você tira o carnaval de rua de cena nesse contexto, há um esvaziamento simbólico da própria rua como instância de construção da vida na cidade"¹³. Mais uma vez aqui, evidenciava a centralidade que a rua tem na constituição da própria cidade e chamava a atenção para o processo que estava em curso àquela altura: "O que está acontecendo é um esvaziamento da rua como ponto de construção de sociabilidade em nome de uma rua domesticada a partir da lógica da cidade como espaço visto prioritariamente sob a lógica do capital". Nesse sentido, a pandemia estava servindo para gestores, públicos e privados, colocarem em marcha uma concepção de cidade que privilegia as dinâmicas econômicas em detrimento das dinâmicas sociais.

Em uma leitura lefebvriana, esse processo subverte o direito à cidade, posto que o "valor de troca" se impõe ao valor "valor de uso". Para Lefebvre, o direito à cidade deveria garantir que a realidade urbana esteja "destinada aos "usuários" e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos" (LEFEBVRE, [1968] 2001, p.127). Segundo o filósofo, a festa é justamente uma das maneiras de produzir a cidade nas práticas sociais de sua gente. Não é sem motivo, então, que haja tanto interesse em regular as permanências, os deslocamentos, as festas nas ruas, é consequência da importância que tem na produção da cidade. Simas (2019, p. 122) retratou essa disputa a partir do carnaval da seguinte maneira:

A festa é espaço de subversão de cidadanias negadas. Inventou-se na rua a aldeia roubada nos gabinetes. Disciplinar a rua, ordenar o bloco, domesticar os corpos, sequestrar a alegria (prova dos nove!) e enquadrar a festa, por sua vez, foi a estratégia dos senhores do poder na maior parte do tempo. Do embate entre a tensão criadora e as intenções castradoras, a cidade é um terreiro em disputa que pulsa na flagrante oposição entre um conceito civilizatório elaborado exclusivamente a partir do cânone ocidental, temperado hoje pela lógica empresarial e evangelizadora, e um caldo vigoroso de cultura das ruas forjado na experiência inventiva de superação da escassez e do desencanto (SIMAS, 2019, p. 122).

Em São Paulo, no ano de 2022, de maneira bem menos poética e muito mais concreta, as disputas de concepção de cidade e rua ganharam o debate públi-

¹³ ANJOS, Anna Beatriz. Luiz Simas: O ataque ao carnaval público gerou o fortalecimento do carnaval privado. Agência Pública, 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/02/luiz-simas-ataque-ao-carnaval-publico-gerou-o-fortalecimento-do-carnaval-privado/>, consultado em: 06 de março de 2026.

co. No dia 7 de abril de 2022, em razão da intenção da gestão municipal, de uma empresa organizadora de megabloques e do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta de organizarem eventos no feriado de tiradentes, algo como um carnaval fora de época, Nabil Bonduki e Juca Ferreira, ambos ex-secretários de cultura da administração Haddad, e Guilherme Varella, que em determinado momento assumiu como secretário interino da pasta, escreveram na *Folha de S. Paulo* um texto com o seguinte título: "O carnaval de rua público de São Paulo está sob ameaça"¹⁴.

Denunciavam que os eventos que estavam previstos para acontecer promoviam o processo de "ambevização", na medida em que, apesar de gratuitos, a entrada nos eventos estava condicionada à retirada de ingressos e eram festividades fechadas e cercada, com controle de quem e o que poderia ingressar nos espaços, diga-se, públicos, pois um aconteceria no Vale do Anhangabaú, enquanto o outro teria endereço nos arredores do parque do Ibirapuera, onde se convencionou a realizar boa parte dos megabloques. Afirmavam, então, que eventos como aqueles transformavam o espaço público em arena de monopólio das cervejarias, que vendem seus produtos sem concorrência e sem regulação pública de preços" (BONDUKI et al., 2022). Por fim, criticavam: "uma apropriação indevida não só do espaço, mas do próprio carnaval de rua e de seus valores (sociabilidade, afetividade, liberdade, criatividade) pelo capital simbólico das empresas" (BONDUKI et al., 2022).

No dia seguinte, também na *Folha de S. Paulo*, Rogério Oliveira, fundador do Coletivo Pipoca¹⁵, empresa que produz megabloques em São Paulo e era responsável pelo evento "Via a Rua", que após a polêmica não foi realizado, escreveu uma resposta aos três gestores públicos com o argumento de que a festa do Pipoca buscava um modelo de folia "gratuito, livre, sem camarotes e mais seguro". No que se refere à aproximação com a iniciativa privada, afirmava preferir estar próximo para dialogar, "educar sobre o contexto cultural do carnaval de rua" e, assim, encontrar "caminhos que ajudem a fomentar a arte, a cultura, a cidadania, a boa ocupação do espaço público". Por fim, afirmava ser "muito raso citar que a proibição de entrada é para benefício comercial em vez de medida de segurança adotada já pelo poder público no carnaval em toda a cidade".

Em suma, as tentativas de realizar o carnaval de rua tanto em seus dias oficiais, quanto no feriado de Tiradentes, colocavam no centro do debate público a dis-

¹⁴ BONDUKI, Nabil; FERREIRA, Juca; VARELLA, Guilherme. O Carnaval de rua público de São Paulo está sob ameaça. *Folha de S. Paulo*, 7 de abril 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/o-carnaval-de-rua-publico-de-sao-paulo-esta-sob-ameaca.shtml>, consultado em: 09 de março de 2026.

¹⁵ Grupo responsável pela organização do evento "Carnaval – Viva a Rua".

cussão que já estava posta anos antes e que naquele momento ganhava novos contornos em razão da excepcionalidade do momento histórico. No cerne dessa questão está a concepção que se tem de carnaval de rua, o que caracteriza e o que descaracteriza. A depender de como o carnaval de rua é definido por quem o organiza e produz, a folia fica mais ou menos dependente da iniciativa privada e pode ser mais ou menos tolerável às práticas próprias do mercado, isto é, a criação de espaços exclusivos, de vendas de produtos, ativações de marca, até mesmo das possibilidades de uso do espaço público da cidade. No ano seguinte, em 2023, o carnaval de rua teria condições de voltar a ser realizado oficialmente e toda essa discussão voltaria a ter destaque.

5. De volta às ruas

O carnaval de 2023 marca o retorno da festa nas ruas oficialmente em todo o país depois de dois anos de pandemia, nos quais as possibilidades de cair na folia foram impossibilitadas em razão das medidas sanitárias. No entanto, em São Paulo, a expectativa de que teríamos o maior êxtase carnavalesco de todos os tempos não se concretizou em grande parte pelo receio que as pessoas estavam de sair às ruas. Minha avaliação é que houve um estranhamento por parte dos foliões na volta ao espaço público, isso porque mudanças ocorreram durante a pandemia. O controle das possibilidades de permanência e uso do espaço público vivenciado no período pandêmico teve consequências para as festas de rua, em especial para o carnaval. Os gradis que foram amplamente usados em eventos organizados, sobretudo no Vale do Anhangabaú, a fim de controlar o número de pessoas e também a entrada apenas de quem estava com a vacina em dia, ganharam espaço nos anos subsequentes e passaram a compor a paisagem do carnaval de rua paulistano.

O Anhangabaú, em certa medida, é a principal expressão do que sucedeu nos anos da pandemia. O antropólogo Giancarlo Machado (2022) chamou a atenção para o fato de que a reforma do vale e transferência de sua gestão para um consórcio privado estava enredado em um processo de transformação da cidade em produto. Essa mudança estrutural do espaço priorizou, ainda apoiado na leitura de Machado (2022, p. 167), as possibilidades de consumo e o controle urbano a fim de "potencializar a competitividade da cidade". Esse processo foi sentido pelas pessoas que festejavam e que, outrora, ensaiavam com seus blocos, circulavam e desfrutavam do Vale do Anhangabaú quando ele era

eminentemente público. Um dos relatos mais contundentes nesse sentido é o de Rodrigo Guima, fundador do bloco Tarado Ni Você, rememorou ele:

Acho que foi ano passado [2022] depois que a pandemia deu essa afrouxada e estava quase no fim. Eu fui numa festa no Vale do Anhangabaú, né!? No extinto Vale do Anhangabaú, porque eu tenho "paura" de chamar aquilo ali do nome que aquilo ali era porque não estou de acordo com a reconstrução daquele lugar, do jeito que ele é feito. Tenho n coisas pra falar, mas eu tava numa festa, no Joker Bar, era uma festa da metanol, que é o coletivo. E tava tocando música eletrônica muito alta e tava todo mundo na rua, bebendo, vendo, se encontrando. E aí eu olhei assim para o céu e comecei a chorar.

Os meus amigos falaram: "o que foi?". E eu falei: "era assim que a gente vivia a rua. A gente esqueceu. Por conta desse desgoverno e por conta da pandemia, a gente esqueceu que a gente vivia a rua nesse lugar". A gente chegou no nível que o carnaval de São Paulo começou ali, ele trouxe essa possibilidade de experimentar lugares da cidade que a gente nunca tinha experimentado, a gente tinha o SP na Rua. A gente tinha um centro completamente... eu não vou falar vivo, porque eu excluo outras formas de existir como se elas não fossem vivas, mas a gente tinha um centro extremamente cultural, que trazia mais segurança, mais possibilidade de a gente viver a cidade assim.

O que a experiência de Guima revela é que o Vale do Anhangabaú que no passado foi um lugar de festas e ponto de encontro de blocos de carnaval, ou até mesmo onde boa parte dos coletivos da cidade se organizaram e se manifestaram, com a reforma e depois da pandemia, passou a ser um espaço cercado, de usos controlados e eventos privados. O Vale do Anhangabaú, em suma, retrata as condições em que as pessoas encontraram o espaço público quando foi possível voltar a festejar e circular na cidade. Quando foi possível voltar às ruas para fazer carnaval, artistas, produtores e foliões encontraram um espaço público mais hostil e controlado. De um lado, o uso de cercas e tapumes, ora para criar um circuito, ora para impedir a circulação e a permanência em determinados locais, sobretudo em praças. De outro, um recrudescimento da lógica policial de controle.

Esse cenário tornou-se ainda mais evidente durante a organização e a realização do carnaval de 2023. Naquele período, as pessoas envolvidas na produção dos blocos denunciavam o diálogo interdito com a gestão municipal, as decisões tomadas de cima para baixo, as interferências nos horários e percursos dos cortejos e a falta de estrutura oferecida pela Prefeitura de São Paulo. Somava-se a isso a criminalização

de blocos espontâneos, aqueles que surgem a partir de um acontecimento ou da vontade súbita de um grupo de pessoas de realizar um cortejo no carnaval. Tratava-se, portanto, de um contexto marcado pela desconfiança entre os atores envolvidos na realização do carnaval de rua da cidade.

Em resposta, blocos e coletivos do carnaval de rua realizaram, em agosto de 2023, a 1ª Conferência Municipal de Carnaval de Rua de São Paulo. Conforme estabelecia a carta de apresentação, o encontro tinha como objetivo "fortalecer a unidade em defesa do Carnaval de Rua Livre, com diversidade e democracia", a partir da aproximação dos "fazedores de carnaval de toda a cidade"¹⁶. A avaliação de boa parte dos blocos naquele momento é que compartilhavam dificuldades e desafios para fazer o carnaval acontecer. Para superar essa condição era necessário, então, que se articulassem e estabelecessem algumas demandas e diretrizes prioritárias a fim de que tivessem segurança em colocar seus blocos na rua. Para tanto, realizaram dois dias de debates e ao fim produziram um documento que não só apresentava as reivindicações, como poderia nortear a atuação política dos coletivos, agremiações e fóruns do carnaval de rua de São Paulo.

16 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO. *Carta de Apresentação*. São Paulo: 2023.

O documento final da conferência reivindicava o reconhecimento do carnaval de rua público e coletivo, reivindicava-se o reconhecimento por parte do poder público do protagonismo dos blocos carnavalescos na organização e realização da festa. Além disso, o texto destacava a diversidade como elemento central da folia e que deveria ser valorizada, uma vez que a diversidade de tradições, linguagens, de corpos e de manifestação estão no ideário do direito à cidade e se referem à inclusão das pessoas nas dinâmicas e práticas sociais. Chamavam a atenção para o fato que por essas características e pela garantia da livre manifestação da Constituição Federal o carnaval é um direito da população. O documento ainda reconhecia a importância econômica do carnaval de rua para a cidade e por isso mesmo o poder público deveria ter um modelo de financiamento mais democrático e abrangente atento às realidades dos blocos, sobretudo aqueles com menos visibilidade e capacidade de levantar recursos.

Embora a conferência tenha tido alguma repercussão nas redes sociais e entre os blocos, em 2024, a gestão do carnaval de rua repetiu o modelo adotado e aprofundado nos anos anteriores. Uma matéria de 10 de fevereiro de 2024, do jornal *Folha de S. Paulo*,

noticiava que o carnaval de rua de São Paulo estaria cada vez mais caro e como consequência os "blocos praticamente não vão para a rua sem patrocínio"¹⁷. A reportagem apontava que as empresas passaram a diversificar suas ativações no período do carnaval e a disputa entre elas estaria mais acirrada. Informava também que 129 blocos cancelaram seus cortejos em 2024 por não terem como arcar com os custos, confirmava, então, o que os blocos denunciavam no documento divulgado após a Conferência Municipal de Carnaval de Rua de 2023.

No mesmo dia, Alessa Camarinha denunciava em artigo, também na Folha, que a gestão municipal estava utilizando cada vez mais o gradil como forma de controle, com o argumento da segurança¹⁸. Na leitura da artista, o gradil seria parte de um mesmo processo de desestímulo ao carnaval de rua livre, democrático e gratuito. Camarinha (2024) afirmava que os blocos carnavalescos de São Paulo estariam espremidos "entre o gradil, a falta de diálogo e a falta de financiamento" e que um "camarote a céu aberto" se firmava no cenário da festa paulistana. Reivindicava ainda o protagonismo dos blocos carnavalescos e defendia que são uma "tecnologia social que cultiva em seu próprio território suas práticas e saberes". E arrematava:

Essa tecnologia social carnavalesca é construída na diversidade de territórios, povos e tempos históricos. A instituição bloco de Carnaval, legitimamente brasileira, é uma grande contribuição para os carnavais mundo afora, como arranjo estético, organizacional e financeiro. Uma organização socioafetiva de festa, com um objetivo comum: a folia como caminho para a felicidade. Isso em todos os lugares que se instala, nas diversas épocas da história, pelas muitas mãos de quem o faz hoje, o fez ontem e o fará amanhã (CAMARINHA, 2024).

No entanto, admitia que essa tecnologia social estava sendo apropriada "pelo grande capital", promovendo a descaracterização dos blocos de carnaval e da paisagem urbana da folia. Portanto, é possível perceber que o modelo de gestão que tomou forma a partir de 2023, com a superação da pandemia do Covid-19, combinou a terceirização da organização do carnaval para a iniciativa privada e uma sanha por domesticar o carnaval, com restrição de horários, gradis espalhados pela cidade, definindo circuitos e impedindo a circulação em locais públicos, como as praças Roosevelt e da República.

Em 2025, uma nova ferramenta de controle, baseada no uso de câmeras inteligentes, foi implementada na cidade. A tecnologia do programa Smartsampa foi

¹⁷ ZYLBERKAN, Mariana. Carnaval de rua de SP vira disputa entre marcas e entra na tendência do naming rights. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/carnaval-de-rua-de-sp-vira-disputa-entre-marcas-e-entra-na-tendencia-do-naming-rights.shtml>, consultado em: 11 de março de 2026.

¹⁸ CAMARINHA, Alessa. Bloco de rua é tecnologia social. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/02/bloco-de-rua-e-tecnologia-social.shtml>, consultado em: 11 de março de 2026.

amplamente celebrada pela gestão municipal e, em conteúdo patrocinado publicado na Folha de S. Paulo, a administração pública municipal afirmava:

A atuação do Smart Sampa foi testada em grande escala durante o Carnaval de 2025, que reuniu 16,5 milhões de foliões nas ruas da cidade, tornando-se o maior do Brasil. A segurança foi um dos pontos altos do evento, aprovado por 99% dos participantes. Entre eles, 91% dos foliões aprovaram também o uso da tecnologia de monitoramento.

A referida pesquisa, embora muito propagada pela gestão Nunes, foi questionada por representantes de blocos carnavalescos. Como poderia o evento ser aprovado por 99% das pessoas participantes do carnaval de rua de São Paulo se um número expressivo de produtores e artistas dos grupos manifestavam sua insatisfação publicamente? Em 2025 também, a gestão passou a reivindicar o título de "maior carnaval do Brasil" e a expressão se tornou um slogan como forma de divulgar a folia paulistana, mas também de vendê-la.

Em 2026, no entanto, a campanha passou por uma reformulação depois de um incidente ainda no domingo de pré-carnaval. No dia 8 de fevereiro de 2026, a realização de dois megablocos, o Acadêmicos do Baixo Augusta e um bloco realizado por uma cervejaria com o DJ internacional Calvin Harris, ao mesmo tempo, na rua da Consolação, deu novos contornos para o debate sobre o processo de "ambevização" do carnaval e o empenho da gestão municipal paulistana em controlar a festa. Na ocasião, uma multidão de pessoas foi para a Consolação, na região central da cidade, para acompanhar os dois blocos, o que ocasionou um tumulto e as pessoas ficaram presas nos gradis colocados pela Prefeitura de São Paulo, com rotas de fuga interditas. O Acadêmicos do Baixo Augusta é um dos maiores blocos da cidade e sempre desfilou na região, no seu início, na rua Augusta, posteriormente, com seu crescimento, passou a descer a rua da Consolação, que tem características de avenida. Já o bloco da cervejaria com o DJ escocês foi incluído na agenda de maneira arbitrária, sem diálogo com a organização do Baixo Augusta, que organizou um protesto e estendeu uma faixa com os dizeres: "respeitem os blocos de São Paulo".

¹⁹ AMPARO, Thiago. Nunes, Ambev e o Carnaval do cercadinho. *Folha de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2026/02/nunes-ambev-e-o-carnaval-do-cercadinho.shtml>, consultado em: 16 de março de 2026.

O professor de direito, Thiago Amparo, escreveu em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, chamou o ocorrido de "quase-tragédia" e responsabilizou o prefeito de São paulo, Ricardo Nunes, e a Ambev pela situação¹⁹. No texto, Amparo (2026) avaliava que se não fosse "a desobediência dos foliões, que derrubaram as gra-

des de aço, postas ali para segregar o espaço público de quem tem o direito de ocupá-lo" teria ocorrido "um cenário de pisoteamento". Afirmava ainda que o ocorrido foi "consequência previsível do planejamento inepto da Prefeitura de São Paulo e da marca patrocinadora". Ponderava ainda que: "pode-se locar o espaço público, mas isso não é o Carnaval". E arrematava: "O Carnaval, como a vida e a cidade, não está à venda; quem faz o Carnaval não é o cercadinho, é quem pula fora dele". É possível notar, então, que o processo "ambevização" descrito por Varella (2021) anos antes segue, até o momento da escrita deste *paper*, em expansão.

A novidade agora está no fato desse processo estar combinado à lógica policlesca de controle, que se verifica pelas câmeras inteligentes espalhadas na cidade, pelo fato de subprefeituras que recebem muitos blocos de carnaval, como da Lapa e da Sé, terem como seus responsáveis coronéis indicados pelo prefeito e, conseqüentemente, serem também os responsáveis pela organização do carnaval de rua nesses territórios. Essa lógica de gestão orientada pelo controle e pela vigilância tem feito que os casos de violência policial aumentem nos dias de carnaval de rua de São Paulo. Uma das marcas do carnaval de 2026, além do tumulto na rua da Consolação, foi a dispersão do bloco Vai Quem Quer, no bairro do Butantã. Na ocasião, já no fim do cortejo, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) dispersou o bloco com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes. As imagens que circularam nas redes sociais à época eram eloquentes sobre o emprego da força por parte da GCM. As notícias dos dias posteriores informavam que pessoas ficaram feridas durante a dispersão, bem como vereadores e a defensoria pública estavam colaborando com o bloco. Em suma, não por acaso, mas por decisões políticas, o carnaval de rua de São Paulo virou caso de polícia em 2026.

6. Considerações finais

Diante do que foi exposto neste artigo, percebe-se que, a partir do início dos anos 2010, o carnaval de rua de São Paulo ganhou espaço no debate público, tornou-se objeto da gestão municipal e cresceu muito. Desde então, a festa tem sido palco de uma permanente disputa sobre como deve ser organizada e gerida na cidade.. Atualmente, é possível identificar que o chamado "novo carnaval de rua", até o momento, passou por três fases: a primeira de institucionalização, a segunda de comercialização e a atual de contenção e controle da festa na cidade.

É importante salientar que os processos verificados nas dinâmicas do carnaval não estão dissociados de conjunturas mais amplas, se é inegável que a gestão pública municipal teve uma importância determinante no fomento do carnaval de rua a partir de 2013, também é verdade que naquela quadra da história florescia um tipo de ativismo urbano muito preocupado em ocupar as ruas da cidade e dar visibilidade às suas bandeiras, intentava-se evidenciar nos espaços públicos suas lutas. O antropólogo Heitor Frúgoli já havia notado esse fato e afirmado que o carnaval de rua de São Paulo poderia ser entendido dentro de uma "retomada mais ampla das ruas" (FRÚGOLI, 2018, p. 80). Sua análise evidencia que havia uma confluência de lutas que reivindicava o espaço público, segundo o antropólogo: "Reivindica-se [à época] mais espaço para bicicletas através de ações do "cicloativismo", bem como se demanda a promoção de festas, festivais e debates em áreas públicas e a melhoria de determinados espaços públicos" (FRÚGOLI, 2018, p. 81)..

Essa conjuntura favoreceu o florescimento e desenvolvimento do carnaval de rua que conhecemos hoje. No entanto, essa história é marcada por disputas que se referem, sobretudo, a forma como a folia é tratada pela gestão pública. Como não há uma lei que estabeleça os parâmetros de organização do carnaval de rua, a maneira como é estruturada, coordenada e regulada a festa depende da abordagem adotada por cada gestão municipal. Temos visto nos últimos anos, a consolidação de uma lógica gerencial que prioriza não só a parceria com o setor privado, mas a transferência de responsabilidades para este setor. Mais recentemente também é possível notar o crescimento de uma governança do carnaval centrada nos mecanismos de controle e com cada vez menos participação social. Dessa maneira, o que se pode concluir no presente momento é que o carnaval de rua de São Paulo segue à mercê de escolhas políticas que se dão principalmente no âmbito do poder executivo municipal, enquanto aqueles que protagoniza a festa, os blocos carnavalescos, tem encontrado os espaços de participação social cada vez mais restritos. Esse cenário, em suma, demonstra que a luta em defesa do direito à cidade em São Paulo está longe do fim.

Bibliografia

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. São Paulo: *Caderno CRH*, v. 31, n. 82, jan.-abr. de 2018, p. 75-86.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú. *Tempo Social*, v. 34, p. 153-174, 2022.

SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VARELLA, Guilherme Rosa. *Direito à folia: o direito ao carnaval e a política pública do carnaval de rua na cidade de São Paulo*. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Fontes primárias

AMPARO, Thiago. Nunes, Ambev e o Carnaval do cercadinho. *Folha de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2026/02/nunes-ambev-e-o-carnaval-do-cercadinho.shtml>, consultado em: 16 de março de 2026.

ANJOS, Anna Beatriz. Luiz Simas: O ataque ao carnaval público gerou o fortalecimento do carnaval privado. Agência Pública, 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/02/luiz-simas-ataque-ao-carnaval-publico-gerou-o-fortalecimento-do-carnaval-privado/>, consultado em: 06 de março de 2026.

BONDUKI, Nabil. O carnaval de rua de São Paulo deve parar de crescer?. *Folha de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/02/o-carnaval-de-rua-de-sao-paulo-deve-parar-de-crescer.shtml>, consultado em: 12 de fevereiro de 2026.

BONDUKI, Nabil; FERREIRA, Juca; VARELLA, Guilherme. O Carnaval de rua público de São Paulo está sob ameaça. *Folha de S. Paulo*, 7 de abril 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/o-carnaval-de-rua-publico-de-sao-paulo-esta-sob-ameaca.shtml>, consultado em: 09 de março de 2026.

CAMARINHA, Alessa. O carnaval é público, ou não é. *Nexo Jornal*. 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/O-carnaval-de-rua-é-público-ou-não-é>, consultado em: 03 de março de 2026.

CAMARINHA, Alessa. Bloco de rua é tecnologia social. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/02/bloco-de-rua-e-tecnologia-social.shtml>, consultado em: 11 de março de 2026.

GENTILE, Rogério. Secretário de Doria interferiu em concorrência para Carnaval de rua. *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884640-secretario-de-doria-interferiu-em-concorrenca-para-carnaval-de-rua.shtml>, consultado em: 25 de fevereiro de 2026.

GUIMA, Rodrigo. Entrevista. TEIXEIRA, Vinicius. 29 de novembro de 2023, presencialmente, São Paulo, SP.

MANIFESTO CARNAVALISTA. Pelo Carnaval de Rua de São Paulo. 20 de janeiro de 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1lh7FR_cBxMCfw4goVTQ1TX5R2eo-3DDm/view?pli=1, consultado em: 19 de fevereiro de 2026.

OGATA, César. Carnaval de Rua de São Paulo terá 300 blocos com desfiles em várias regiões da cidade. *Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: 29 de janeiro de 2015. Disponível: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/carnaval-de-rua-de-sao-paulo-tera-300-blocos-com>, consultado em: 16 de março de 2026.

PESCARINI, Fábio; CAVALCANTI, Tatiana; VALINHOS, Havolene. Paciente de SP vindo da Itália testa positivo para coronavírus; ministério aguarda contraprova. *Folha de S. Paulo*, 25 de fevereiro, 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/02/sao-paulo-tem-primeiro-caso-suspeito-de-coronavirus-em-paciente-vindo-da-italia.shtml>, consultado em: 27 de fevereiro de 2026.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.815, de 5 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Educação. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 6 fevereiro de 2014.

SOARES, Jussara. Carnaval em SP: o que deu certo, o que deu errado e os desafios para 2017. *UOL*, 15 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://blogdobloco.blogosfera.uol.com.br/2016/02/15/balanco-sp-carnaval-2016>, consultado em: 24 de fevereiro de 2026

RUBENS PAIVA, Marcelo. o túnel. *O Estado de S. Paulo*, 8 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/marcelo-rubens-paiva/o-tunel/>, consultado em: 15 de janeiro de 2026

ZYLBERKAN, Mariana. Carnaval de rua de SP vira disputa entre marcas e entra na tendência do naming rights. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/carnaval-de-rua-de-sp-vira-disputa-entre-marcas-e-entra-na-tendencia-do-naming-rights.shtml>, consultado em: 11 de março de 2026.

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO. *Carta de Apresentação*. São Paulo: 2023.